

Whitacker, Guilherme Magon. Multifuncionalidade rural na montanha de alicante: quem ganha e quem perde com o desenvolvimento sustentável. *GeoGraphos* [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 2 de febrero de 2016, vol. 7, nº 83, p. 36-65. [ISSN: 2173-1276]. [DL: A 371-2013]. [DOI: 10.14198/GEOGRA2016.7.83].



<<http://web.ua.es/revista-geographos-giecryal>>

Vol. 7. Nº 83

Año 2016

MULTIFUNCIONALIDADE RURAL NA MONTAÑA DE ALICANTE: QUEM GANHA E QUEM PERDE COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL¹

Guilherme Magon Whitacker
Doutorando – Programa de Pós Graduação em Geografia
Universidade Estadual Paulista – UNESP. Campus de Presidente Prudente-SP
Presidente Prudente (São Paulo, Brasil)
Correio eletrônico: guilhermewhitacker@yahoo.com.br

Recibido: 17 de junio de 2015. Aceptado: 2 de febrero de 2016

¹ Este artigo parte de nossas reflexões sobre o estágio (CAPES/PDSE – Processo nº 99999.004181/2014-00) realizado no departamento de Geografia Humana da Universidade de Alicante-ES, sob a supervisão do Prof. Dr. José Antonio Segrelles Serrano, a quem somos gratos pelo carinho, receptividade, atenção dedicada e contatos para a realização da pesquisa. Do mesmo modo, agradecemos ao Prof. Dr. Carlos Cortés Samper e Prof. Dr. Samuel Ortiz Pérez.

RESUMO

Estimulada pela PAC, a prática da multifuncionalidade segue os ditames da ONU em prol de determinado desenvolvimento sustentável que, em verdade, só se torna sustentável para a expansão e acumulação de capital sobre o espaço rural. Considerando a capacidade geograficamente expansiva do modo de produção capitalista e o poder de agências internacionais no processo de territorialização do mesmo, estruturamos este artigo na perspectiva de analisar o processo contraditório de produção do espaço rural sob o trunfo do desenvolvimento sustentável. Considerando que a Espanha vive um momento de crise econômica, cabe questionar a finalidade da multifuncionalidade rural que tem destinado áreas de potencial agrícola e pecuário a prática de atividades turísticas estimuladas pelo Programa LEADER, o que acaba prejudicando o potencial regional para o enfrentamento da crise.

Palavras chave: Desenvolvimento sustentável, multifuncionalidade rural, Programa LEADER, Montaña de Alicante, Espanha.

MULTIFUNCIONALIDAD RURAL EN LA MONTAÑA DE ALICANTE: QUIÉN GANA Y QUIÉN PIERDE CON EL DESARROLLO SOSTENIBLE

RESUMEN

Estimulado por la PAC, la práctica de la multifuncionalidad sigue los dictados de la ONU en favor de un desarrollo sostenible en particular, de hecho, sólo se convierte en sostenible para la expansión y la acumulación de capital sobre el campo. Considerando la capacidad geográficamente expansiva del modo de producción capitalista y el poder de los organismos internacionales en el proceso de territorialización de la misma, estructuramos este artículo a fin de analizar el proceso contradictorio de la producción del espacio rural bajo el manto sagrado del desarrollo sostenible. Considerando que España está experimentando un período de crisis económica, hay que cuestionar el propósito de la multifuncionalidad rural ha significado que las zonas de potencial agrícola y ganadero a la práctica de actividades turísticas estimuladas por el Programa LEADER, que termina por perjudicar el potencial regional para hacer frente a la crisis.

Palabras clave: Desarrollo sostenible, multifuncionalidad rural, Programa LEADER, Montaña de Alicante, España.

FARM MULTIFUNCTIONALITY IN THE MOUNTAIN OF ALICANTE: WHO WINS AND WHO LOSES WITH SUSTAINABLE DEVELOPMENT

ABSTRACT

Stimulated by the PAC, the practice of multifunctionality follows the UN dictates in favor of a particular sustainable development, in fact, only becomes sustainable for expansion and capital accumulation over the rural space. Considering the geographically expansive capacity of the capitalist mode of production and the power of

international agencies in the territorial process of it, we structure this article to analyze the contradictory process of production of the rural space under the sacred mantle of sustainable development. Whereas Spain is experiencing a period of economic crisis, one must question the purpose of rural multifunctionality has meant that areas of agricultural potential to the practice of tourist activities stimulated by the LEADER program, which ultimately hurts the regional potential to deal with the crisis.

Key words: Sustainable Development, Rural Multifunctionality, LEADER Program, Montaña de Alicante, Spain.

INTRODUÇÃO

Processos e práticas espaciais (Correa, 2006, apud, Castro; Gomes; Correa, 2006), quando exercidas a partir da lógica capitalista resultam em desigualdades geográficas. Referem-se tipicamente à exploração das condições sob as quais ocorre o processo de acumulação e reprodução aproveitando-se da dialética interna do capitalismo, por meio de práticas multifacetadas monopolistas, espacialmente articuladas, vinculadas com fluxos de capitais restritos.

Estas condições geográficas desiguais são produzidas pelas maneiras desiguais em que riqueza e poder tornam-se altamente concentrados como decorrência de relações assimétricas de troca, contradições e tensões e é, ainda, respectivamente instável, influenciando e atuando dialeticamente na produção do espaço. Portanto, consideramos que para a garantia de continuidade deste modo de produção, é necessário que se criem arranjos espaciais para que seja possível sua acumulação, pois, caso haja uma estagnação nesse processo, este modo de produção, entra em colapso (Harvey, 2011).

É justamente esse empenho na reflexão sobre a compreensão do processo de desenvolvimento do capitalismo que permite entender a noção de desenvolvimento rural enquanto estratégia de ação planejada por, e para, continuidade capitalista (Delgado, 2012) e, consideramos que essa intencionalidade entra na agenda política internacional, notadamente no período posterior a segunda Guerra Mundial, quando são estabelecidos arranjos internacionais que intensificam a tecnificação do espaço rural (Mazoyer, Roudart, 2011) como justificativa para o aumento da produção de alimentos (ONU, FAO, 1974).

Esses processos permitem uma análise que parta do reconhecimento da influência exercida pelo modo de produção capitalista sobre a produção do espaço e isto implica em reconhecermos à possibilidade de expansão deste modo de produção que, neste trabalho, é delimitada e relacionada ao estudo da expansão e reprodução capitalista articulada a prática discursiva ideológica do desenvolvimento sustentável. Esta é a razão pela qual consideramos pertinente: 1º) analisar a produção do espaço no modo de produção capitalista; 2º), refletir criticamente sobre sistemas peritos que atuam diretamente na acumulação e reprodução deste modo de produção fazendo uso do discurso ideológico² do desenvolvimento sustentável e; 3º) analisar a materialidade desta influência. Para tanto, realizamos revisão bibliográfica sobre a produção do

² Utilizamos o conceito de ideologia no sentido de falseamento da realidade, conforme proposto por Marx e Engels (2008, 2009)

espaço e do território no modo de produção capitalista; pesquisa empírica sobre os resultados do Programa LEADER na Montaña de Alicante com o objetivo de verificar a influência de agências especializadas da Organização das Nações Unidas (ONU) na elaboração e execução desta política pública de âmbito europeu que possui em seu bojo a multifuncionalidade rural que traz em seu âmbito o desenvolvimento sustentável como pressuposto central.

THINK TANKS E O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO E TERRITORIALIZAÇÃO CAPITALISTA

Lefebvre (2013) compreende o espaço enquanto produto social e a partir deste pensamento influencia as bases epistemológicas da Geografia no que diz respeito à compreensão da produção do espaço. Para Lefebvre (2013), referindo-se ao espaço enquanto produto social, a estrutura organizacional é elemento das relações totais de produção, que são concomitantemente sociais e espaciais, deste modo, a proposição de uma dialética socioespacial geográfica pode ser localizada nos escritos de Lefebvre (2013), onde o espaço tanto expressa as relações sociais de determinado modo de produção quanto reage diretamente a elas.

O esforço empreendido por Lefebvre (2013) resulta na concepção de uma intrincada e abrangente teoria do espaço social, considerando este não como fato acabado, nem tampouco como um meio vazio e passivo, mas sim como produto que intervém na própria produção e como aspecto basilar da segunda natureza, decorrência da ação produtiva e transformadora das sociedades sobre a primeira natureza.

Para Quaini (1979), que discute a utilização das teorias e metodologias marxistas no estudo da Geografia, a preocupação das consequências da territorialização do capitalismo na sociedade devem estar nos objetivos desta ciência, pois o discurso acerca da suposta missão civilizadora do capital contribuiu para a naturalização da lógica capitalista pautada na produção e no consumo, como escreveu Marx (2011).

A produção é também imediatamente consumo. Duplo consumo, subjetivo e objetivo: o indivíduo que desenvolve suas capacidades ao produzir também as consome, consome-as no ato da produção, exatamente como a procriação natural é um consumo de forças vitais. Em segundo lugar: consumo dos meios de produção que são usados e desgastados e, em parte (como, por exemplo, na combustão), transformados novamente nos elementos gerais. Assim como o consumo da matéria-prima, que não permanece com sua forma [Gestalt] e constituição naturais, sendo, ao contrário, consumida. Por isso, o próprio ato de produção é, em todos os seus momentos, também um ato de consumo (Marx, 2011, p. 63).

Entre as questões ressaltadas por Quaini (1979), uma das principais diz respeito à dominação do espaço geográfico como algo superior à relação, também de dominação, entre a sociedade e a natureza. Em uma perspectiva Lefebvrina, o processo de transformação de primeira em segunda natureza é um processo de dominação espacial exercida por ações humanas, pelo trabalho, a partir da inserção desigual da tecnologia e da ciência no território, o que gerou possibilidades de uma produção e utilização, também, desigual do espaço.

Ampliando este debate, Smith (1988) escreve sobre a relação dialética entre diferenciação e equalização geográficas contribuindo na compreensão sobre o processo contraditório de produção do espaço no modo de produção capitalista trazendo à tona a questão da desigualdade do desenvolvimento e sua tendência a igualização. Smith (1988) focaliza o caráter político e econômico do desenvolvimento desigual³ neste modo de produção, voltando-se a autores clássicos do pensamento marxista, como Lênin (1982) e Trotsky (1985), que, de acordo com Löwy (1985) fornecem as bases teóricas sobre a teoria do desenvolvimento desigual. Nessa perspectiva, está presente o entendimento de que o capitalismo hierarquiza a diferença em desigualdade e assim desenvolve-se (Lênin, 1982) rompendo modos de produção não capitalistas evoluindo desigualmente (Trotsky, 1985). Smith (1988) demonstra que o desenvolvimento desigual é marcadamente espacial na exata medida em que tende para a diferença, concordando com Trotsky (1985), e para a igualização.

Smith (1988) observa, ainda em Marx (2011, 2013), o conceito de modo de produção para identificar uma classe dominante e entender, coadunando com Lefebvre (2013), a produção social do espaço como desigual, articulando o sistema produtivo a elementos de produção, consumo e circulação. Elementos estes que estão processualmente relacionados entre si e moldam o espaço, não só porque se realizam mediante estruturas fixas locais, mas também pelas relações de fluidez que mantêm entre si associadas às dinâmicas econômicas.

Fazendo uso do conceito marxista de modo de produção, e apoiado na perspectiva de espaço social de Lefebvre (2013), Santos (1977), após rigoroso crivo analítico que permitiu a recuperação geográfica deste conceito, escreveu que: “modo de produção, formação socioeconômica e espaço são conceitos interdependentes” (Santos, 1977, p. 4). Deriva daí o seu conceito de formação socioespacial (Santos, 2008a), que assinala que uma sociedade só vai se materializar por meio do, e no, espaço por ela produzido, e que esse espaço só é compreensível por meio da sociedade. Ou seja, espaço e sociedade não podem ser entendidos como coisas separadas, reunidas a posteriori.

[...] se a Geografia pretende interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social. Daí a categoria Formação Econômica e Social parecer-nos a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida sobre o espaço (Santos, 2008a, p. 22).

Portanto, o espaço geográfico condiciona a sociedade, compartilhando do complexo processo de existência e reprodução social, pois, “[...] não há e jamais houve formação social independente do espaço (Santos, 2008a, p. 243). Ainda para Santos (2008a), o

³ Élisée Reclus tomou a categoria desenvolvimento desigual como um dos fundamentos da Geografia. “A primeira categoria de acontecimentos que o historiador constata nos mostra como, pelo efeito de um desigual desenvolvimento nos indivíduos e nas sociedades, todas as coletividades humanas, com exceção dos povos que permaneceram no naturismo primitivo, se desdobram, por assim dizer, em classes ou em castas, não apenas diferentes, mas também opostas em interesses e em tendências, até mesmo francamente inimigas em todos os períodos de crise” (Réclus, 1985, p.39).

espaço pode ser analisado a partir das categorias estrutura, processo, função e forma, considerados como termos disjuntivos associados em suas relações dialéticas.

Para Harvey (2006), mesmo que o processo de acumulação capitalista em nível global caracterize um desenvolvimento geográfico desigual, a palavra chave para compreender este fato não é desenvolvimento, mas espaço. Deste modo, este autor dá ênfase à dimensão geográfica incorporando as análises espaciais ao materialismo histórico preconizado por Marx. De acordo com Harvey (2011) a categoria espaço, enquanto fato social (Lefebvre, 2013), sempre esteve presente na teoria social marxista no que se refere ao potencial para o desempenho da acumulação e reprodução do capital ou mesmo nos processos de crises e de superação destas. Harvey (2006), em seus estudos sobre a Geografia histórica do capitalismo, se posiciona sobre a elaboração de uma teoria geral das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico no modo de produção capitalista a partir da teoria social marxista como forma a contribuir, também, para a explicação posterior das transformações das funções do Estado enquanto agente atuante na reprodução do modo de produção capitalista por meio de distintas atuações que fortaleceram o neoliberalismo (Harvey, 2010).

Na interpretação da teoria sobre a produção do espaço social, consideramos que Lefebvre (2013) estabelece uma rica problematização crítica para a abordagem dialética espacial que permite, a partir da constatação do espaço enquanto fato social contraditoriamente influenciado pelo modo de produção capitalista, adentrar o estudo sobre território e territorialidades do modo de produção capitalista com um viés distinto do utilizado como delimitação física, relacionado à concepção de Estado-nação. A triplicidade espaço percebido-concebido-vivido (Lefebvre, 2013) procura dar conta de abarcar a multiplicidade característica do espaço social, mas consideramos que não a como reduzir esta triplicidade a categorias de análise do real quando passamos do espaço ao território, desta forma, por considerarmos que exista certa dificuldade epistemológica de transformar sua teorização em categorias formais de análise que serviriam para segmentar o espaço social, consideramos que a categoria de análise geográfica formação socioespacial, trabalhada por Santos (1977), se apresenta de forma mais coerente a compreensão do território, pois permite entender o espaço social de Lefebvre (2013) como forma de apropriação material a partir de relações de poder na perspectiva de Raffestin (1993). Nesse sentido, território pode ser considerado conceito chave para a Geografia quando posto a partir de uma circunscrição do espaço social desde uma problemática de caráter político e econômico, permitindo assim análises mais cuidadosas dos processos de territorialização capitalista no espaço geográfico.

Portanto, o espaço, numa visão materialista histórica e geográfica, corresponde à realidade material socialmente produzida. Nesse sentido, o território é uma produção a partir do espaço, consideração esta que se fundamenta nos escritos anteriores com base em Lefebvre (2013), para quem o espaço é também produzido socialmente, não se tratando de um dado a priori, uma primeira natureza sobre o qual se desdobra o trabalho humano. Para Haesbaert (2012), ainda que espaço e território sejam considerados distintos, como propôs Raffestin (1993), eles não podem jamais ser separados, na medida em que sem espaço não há território: o espaço não como outro tipo de recorte ou objeto empírico (como expresso na noção de matéria prima preexistente ainda não apropriada), mas, num olhar epistemológico, com distinto nível de reflexão, amplo e abstrato cuja problemática se confunde com a dimensão espacial da sociedade (Haesbaert, 2012).

O território pode então ser concebido a partir da sobreposição de múltiplas relações de poder que podem envolver desde questões do poder material das relações econômicas e políticas, ao mais simbólico, das relações de ordem cultural, não sendo possível conceber territórios puros (Haesbaert, 2012). Abre-se um paralelo aqui com o conceito do espaço social de Lefebvre (2013), que se situa igualmente entre o espaço físico (da materialidade) e o espaço mental (da abstração), não se confundindo com eles. Mas também no desdobrar do território em espaço percebido, concebido e vivido. Nessa leitura, o que aproximaria os conceitos de território em Haesbaert (2012) e de espaço social em Lefebvre (2013) seria a dimensão política e econômica que os perpassa. Ainda que Haesbaert (2012) parta da dimensão relacional do micropoder de Foucault (2008), e Lefebvre (2013) de uma concepção marxista no qual o poder emana eminentemente de uma autoridade superior, como o Estado, consideramos pertinente o reconhecimento de que território e espaço social são constituídos a partir de relações de poder (Raffestin, 1993).

Portanto, avaliamos que as variações histórico-geográficas e a dinâmica da acumulação capitalista atribuem à espacialidade sentidos, conformando territórios. Assim sendo, podemos escrever que as relações humanas acontecem no território, por isso entendemos a territorialização como uma relação inerente ao ser humano. Ou seja, à dimensão espacial e a territorialização são componentes indissociáveis da condição humana (Haesbaert, 2012). Esta territorialização realiza-se mediante determinados agentes que, devido à capacidade de operacionalização em escala global, interferem localmente nas decisões sobre determinados espaços, este é o caso da ONU e determinadas agências estruturadas em seu interior que agem como sistemas peritos⁴ (Giddens, 2002) de atuação global.

Atualmente, as práticas espaciais permitem que diferentes organizações, como empresas e instituições privadas alicerçadas pelo Estado, alterem a distribuição e a localização dos fixos e fluxos de produção. Dessa maneira, modificam as combinações quantitativas e qualitativas entre os elementos do espaço (Santos, 2008b), tornando-o ainda mais desigual e contraditório. E, como escreveu Sánchez (1991), as desigualdades geográficas são aproveitadas pelo poder e colocadas à sua disposição. É por isso que as práticas espaciais reúnem ações que objetivam tanto a apropriação quanto a gestão do território.

Se o crescimento econômico é um resultado inegável da apropriação de recursos naturais e este fato remete a reais consequências degradantes, o mesmo ocorre em termos sociais. A difusão da agropecuária capitalista passa a dominar parte significativa da produção, da comercialização e do financiamento, mas não se associa a maneiras de manter a renda para pequenos produtores. O principal aspecto neste item associa-se a um dos resultados destes processos. Trata-se do acirramento da dialética na organização de espaços rurais, formando-se arranjos territoriais produtivos, a contribuir para o acirramento da desigualdade entre estes, como resultado do processo de fragmentação espacial.

Entretanto, é importante ressaltar que a escala das práticas espaciais, bem como a qualidade das interações que produzem, articulam sistemas peritos globais e produzem novos significados a políticas públicas voltadas ao espaço rural sobre tudo aquelas que

⁴ “Por sistemas peritos quero me referir a sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (Giddens, 1991, p. 26).

se mantém sob o manto sagrado do desenvolvimento sustentável, como, neste caso em particular, conforme demonstraremos, da multifuncionalidade rural. Processo este articulado a partir da criação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e a estruturação do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) a partir da fundação do Grupo BM. Interpretando os objetivos da ONU e sua relação com estas agências especializadas envolvidas diretamente com temas ligados ao desenvolvimento econômico, avaliamos que a ONU se articula constantemente para favorecer a subordinação da terra, e demais recursos naturais, ao modo de produção capitalista, isto demonstra a ambiguidade de suas intenções e ações.

Deste modo, aproveitando-se de situações instáveis, grupos especialmente e seletivamente formulados articulam-se em torno de questões internacionais e estabelecem a ordem dominante por meio do que Giddens (2002) define como sistemas peritos e, aqui, os adjetivamos como globais, por seu potencial de articulação e difusão, destes, destacamos a ONU, suas agências especializadas e *Think Tanks*⁵ criados em prol da legitimação de seus ideais em nome de benefícios que seriam, de acordo com seus princípios, humanitários.

Os *Think Tanks* possuem diversidade em relação às áreas atuação, como por exemplo, a existência de organizações especialistas na assessoria de questões econômicas e naturais (Stone, 2005). A partir do estudo de seus enfoques, evidencia-se, a busca por interferir na pauta e na política das organizações públicas e empresariais. Neste debate, Vinha (2010) destaca a atuação de instituições internacionais e organizações multilaterais, como as agências especializadas da ONU, sobretudo a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Grupo Banco Mundial (Grupo BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), “The unholy trinity” (PEET, 2009), na recomendação e cobrança para que Estados e organizações implantem sistemas de gestão de recursos naturais e aceitem as recomendações em relação à objetivação de políticas públicas que aceitem as indicações da ONU sobre questões relativas ao desenvolvimento sustentável.

Para considerarmos este tema na perspectiva geográfica, levamos em conta o turbulento contexto econômico e político em que está inserida a contemporaneidade, pois a dinâmica do modo de produção capitalista não ocorre de forma linear e não admite estabilidade como preconiza o desenvolvimento sustentável, ao propor que este seja harmonioso em distintas esferas (ONU, 1988) e nesta mesma conjuntura insere-se a problemática a cerca da produção do espaço como escrevemos anteriormente, pois se as ações e relações se expressam sobre o espaço, este deve constantemente ser readequado às novas necessidades de expansão capitalista, e, se a necessidade apresenta-se sob o manto intocável de proteção a natureza, é neste sentido que as ações e relações devem, e são arquitetadas.

O desafio de tal compreensão sucinta a observação da construção teórica ideológica a partir, por exemplo, do instigante trabalho de Maquiavel (1998), para o qual a ciência e

⁵ Os *Think Tanks* surgem nos Estados Unidos da América nas primeiras décadas do século XX e ganham força, notadamente, no período posterior a Segunda Grande Guerra Mundial. São considerados como espaços de articulação de ideias e funcionam como forma de legitimação do poder por meio da aproximação entre campos distintos, como o político, o acadêmico e a sociedade. A definição mais difundida de *Think Tank* na literatura especializada, sobre tudo em Relações Internacionais e Ciência Política, é aquela que o identifica como organização privada, sem fins lucrativos, independente e autônoma que tem como principal objetivo a realização de pesquisas e assessoramento em áreas relacionadas com a elaboração de políticas públicas (Teixeira, 2007).

a política estão intimamente unidas e dependentes. Segundo Maquiavel (1998) para ter liberdade é necessário ter o poder, contrariando historicamente a tese defendida por Sen (2000) de que o desenvolvimento se alcança com a liberdade, assim, ciência, dominação e liberdade são inseparáveis. Só é livre quem tem poder, portanto, “[...] o desejo de conquistar é natural e comum, e os homens capazes de satisfazê-lo sempre serão louvados, jamais criticados” (Maquiavel, 1998, p. 47). Este autor trouxe nova feição às teorias políticas ao se propor estudar a sociedade pela análise da verdade efetiva dos fatos humanos. O objeto de suas reflexões é a realidade política, pensada como práticas humanas concretas na busca da compreensão de como as organizações políticas se fundam, se desenvolvem, persistem e decaem. Maquiavel (1998) busca demonstrar, portanto, como e por que o conhecimento é poder. Se sobrepusermos as ideias de Maquiavel e Bourdieu (2001) temos elementos para compreender melhor as ações empreendidas na defesa do conhecimento ideológico.

Quando estas defesas são executadas por um conjunto de pensadores e suas respectivas produções científicas e posicionamento político e econômico, diz-se tratar de um *think tank* articulado e se disposto a trabalhar em produções técnicas necessárias para, com elas, dominarem a política econômica a nível internacional. O domínio político é a sua razão de ser e existir. Para atingirem esse objetivo, constroem referências teóricas a partir de suas leituras e interpretações da realidade e com elas, estabelecem paradigmas, sendo estes um conjunto de pensamentos, teorias e teses com os quais procuram explicar a realidade a partir determinada racionalidade (Kuhn, 1998).

Este fato pode ser notado a partir da década de 1970. A crise que se inicia a partir do embargo Árabe as exportações de petróleo permitiu o estabelecimento e ascensão de um temor mundial que recebe a denominação de crise ambiental por um grupo articulado no interior da ONU, o Clube de Roma, idealizador do tema aqui apresentado. Esse *think tank* reuniu esforços para apresentar-se como sujeito coletivo, portador de um projeto de racionalidade transformadora, impulsionando a política ambiental internacional, inexistente até então (Le Preste, 2002). Para tanto, foi necessário criar condições legais e institucionais de gestão de políticas públicas que demarcou a inserção da variável capital natural e conduziu Estados a um novo patamar na relação entre a sociedade e a natureza por meio de conferências internacionais voltadas ao desenvolvimento sustentável (Ribeiro, 2001).

Desde então, foram fomentadas ações voltadas ao desenvolvimento sustentável pela ONU. Este desenvolvimento que seria capaz de garantir “[...] as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas” (ONU, 1988, p.9). Na década de 1990, tornou-se usual em vários setores, principalmente após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU, CMAD, 1992), a utilização do termo proposto para expressar objetivos de políticas públicas e foram necessárias ações que permitissem um controle adequado de reserva de território (antecipação espacial) e, também, uma organização deste território (seletividade espacial) na forma de uma gestão protocolar sobre países periféricos para que assim se impedisse choques decorrentes de possíveis falta de fornecimento de recursos naturais, atividade esta articulada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pelo Grupo BM na perspectiva de constituir áreas estratégicas de reservas de recursos naturais por meio do controle do território (Porto-Gonçalves, 2006).

Do ponto de vista analítico, convém uma observação, sobre a influência exercida pela ONU em relação à inserção da temática analisada e a relação com os sistemas peritos (Giddens, 2002) e o poder dos discursos (Foucault, 2008, 2009). Os sistemas peritos são, por definição (Giddens, 2002), sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam áreas do saber, influenciando a percepção coletiva de maneira contínua, proporcionando o desencaixe das relações sociais, ou seja, seu deslocamento dos contextos locais de interação, com sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo e espaço (Giddens, 2002). Para Foucault (2009), toda sociedade controla e seleciona o que pode ser dito numa certa época; quem pode dizer o que e em quais circunstâncias como meio de filtrar ou afastar os perigos e possíveis subversões que daí possa advir (Foucault, 2009). Os discursos são entendidos como práticas geradoras de significados, na forma de códigos, que se apóiam em regras históricas e ideológicas para estabelecer o que pode ser dito, num certo campo discursivo e num dado contexto histórico. O discurso, portanto, relaciona-se simultaneamente, com suas origens de formação, com outros discursos e com organizações internacionais e o poder que elas expressam.

Deste modo, o tema desenvolvimento sustentável foi oficialmente introduzido nas políticas públicas voltadas ao espaço rural sob os auspícios da ONU, considerando a relação de poder hegemônico que esta organização possui sobre relações políticas e econômicas internacionais, o desenvolvimento sustentável é disseminado, primeiro, definindo o consumo como o mal do século e, posteriormente, como salvador da humanidade na forma de consumo de produtos “ecologicamente corretos” (ONU, PNUMA, 2011, p. 10). Deste modo, como forma de garantir o comércio internacional de produtos “agroalimentares ecologicamente corretos” (PNUMA, 2011, p. 12) e garantir o consumo dos mesmos, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU, 1992), assim dispõe:

As agências das Nações Unidas, como a FAO, o Banco Mundial, o FIDA e o GATT, juntamente com as organizações regionais, as agências doadoras bilaterais e outros organismos devem; no âmbito de seus respectivos mandatos, assumir um papel em seu trabalho junto aos Governos nacionais nas seguintes atividades: (a) implementar, no plano sub-regional, estratégias de desenvolvimento agrícola e segurança alimentar integradas e sustentáveis, que façam uso dos potenciais regionais de produção e comércio, inclusive de organizações que fomentem a integração econômica regional, para promover a segurança alimentar, (b) estimular, no contexto da obtenção de um desenvolvimento agrícola sustentável e de acordo com os princípios pertinentes internacionalmente aceitos sobre comércio e meio ambiente, um sistema comercial mais aberto e não-discriminatório, bem como a rejeição de barreiras comerciais injustificáveis, que, juntamente com outras políticas, venha facilitar uma maior integração entre as políticas agrícola e ambiental, de modo a tomá-las complementares; (c) fortalecer e estabelecer sistemas e redes nacionais, regionais e internacionais para, uma melhor compreensão da interação entre a agricultura e a situação do meio ambiente, identificar tecnologias ecologicamente saudáveis e facilitar o intercâmbio de informações sobre fontes de dados, políticas e técnicas e instrumentos de análise (ONU, CMAD, 1992, p. 178).

Após esta conferência (ONU, CMAD, 1992), a ONU, por meio de suas agências especializadas relacionadas ao ECOSOC, como o Grupo BM, OMC e FAO, insere em suas práticas políticas o tema e passa a pressionar governos a adotar tal proposta

visando regular o comércio internacional ampliando, deste modo, a espacialização e posterior territorialização capitalista.

O PROGRAMA LEADER E A RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO RURAL

Para fortalecer este processo de espacialização e territorialização, tais agências marcam presença nos principais fóruns de discussão e estabelecem acordos de parceria estratégicos com muitos países e blocos políticos e econômicos regionais (Haesbaert, 1994). Em relação à agricultura e recursos naturais, desde o Tratado de Roma, que os representantes dos Estados membros da UE declaram sua afinidade com os ditames da ONU. O Tratado de Roma estabeleceu o processo para a elaboração e a aplicação PAC, nomeadamente com base numa proposta da então Comunidade Econômica Europeia (CEE) atendendo a preceitos da ONU como o fortalecimento econômico. Portanto, a origem da PAC remonta ao ano de 1957, momento em que Estados membros da CEE estabeleceram um marco comum para a atividade agrícola com fins a ordenar e revitalizar as economias. Para garantir esta institucionalização, uma das primeiras preocupações da CEE foi à garantia de que todos os Estados membros contribuíssem financeiramente para a efetivação e consolidação de seus objetivos, quais sejam:

A política agrícola comum tem como objetivos: a) Incrementar a produtividade da agricultura, fomentando o progresso técnico, assegurando o desenvolvimento racional da produção agrícola e a utilização ótima dos fatores de produção, designadamente da mão-de-obra; b) Assegurar, deste modo, um nível de vida equitativo à população agrícola, designadamente pelo aumento do rendimento individual dos que trabalham na agricultura; c) Estabilizar os mercados; d) Garantir a segurança dos abastecimentos; e) Assegurar preços razoáveis nos fornecimentos aos consumidores (JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, 2008, p. 53).

Para dar garantias de continuidade e financiamento a essa política foi criado em 1962 o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA)⁶, para o qual foi destinada maior parte do orçamento dos Estados membros da CEE. De 1962 a 1992 os Estados membros, com base na PAC, fomentaram o desenvolvimento agrícola por meio de uma política de sustentação de preços. Oficialmente, as primeiras medidas europeias tomando em conta a relação entre produção agrícola e preservação de recursos naturais, denominadas de medidas agroambientais, foram introduzidas em 1985 no regulamento nº 797/85 nos artigos 19 e 20. Porém, durante três décadas, a PAC impulsionou a modernização da agricultura europeia, o que trouxe incremento na produtividade por um lado e, por outro, a degradação de recursos naturais e marginalização de um grande contingente de agricultores o que trouxe o debate ao público e suscitou reestruturações desta política de âmbito internacional.

Con el paso del tiempo, los incuestionables éxitos de la PAC, que convirtieron a la UE en el segundo exportador mundial de productos

⁶ O Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA), instituído pelo Regulamento nº 25 de 1962 (com a última redação que lhe foi dada pelo Regulamento CEE nº 728/70) (REGULAMENTO CE nº 1258/1999) foi substituído, em 2005, pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

agroalimentarios y a la agricultura en una actividad protegida, se volvieron contra la propia Comunidad. Se trata de los enormes gastos presupuestarios, la generación crónica de excedentes, las protestas de los países subdesarrollados, las represalias mercantiles por parte de Estados Unidos y el grupo de Cairns, las presiones constantes de los organismos comerciales internacionales, la erosión del suelo y la contaminación de la tierra, la atmósfera y las aguas superficiales y subterráneas, entre otros efectos negativos (Segrelles, 2007, p. 6).

Até então o tema era objeto de conflitos, mas a partir da oficialização da proposta de multifuncionalidade pela ONU, durante a realização da CMAD no Rio de Janeiro em 1992, este tema aparentemente é tratado com mais acuidade. O capítulo 14 do documento oficial (ONU/CMAD, 1995) chama a atenção para a necessidade da: “Revisão, planejamento e programação integrada da política agrícola, à luz do aspecto multifuncional da agricultura, em especial no que diz respeito à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável” (ONU, CMAD, 1995, p. 176). Portanto, o que ocorre após a CMAD, é a possibilidade de institucionalização da multifuncionalidade, lembrando que historicamente, a agropecuária apresenta multi funções (Mazoyer, Roudart, 2011).

[...] o grande diferencial em relação ao passado – onde a agricultura já tinha elementos de multifuncionalidade – é a institucionalização da perspectiva da multifuncionalidade pelo Estado, através de uma política pública com compensações financeiras aos agricultores, com o objetivo de garantir uma relativa conservação ambiental e sociocultural (Candiotto, 2009, p. 6).

Posteriormente, tendo como cenário os excedentes agrícolas europeus na década de 1990 e as negociações comerciais internacionais após a Rodada do Uruguai, na Europa, assiste-se a ampliação das relações e programas voltados à questão dos recursos naturais (Segrelles, 2010). A partir da Reforma MacSharry a política de preços subsidiados deu lugar ao sistema de ajudas diretas aos agricultores, fornecidas na medida em que estes se comprometiam a seguir uma série de requisitos relacionados com a proteção de recursos naturais e da paisagem (Cazella e Roux, 1999).

A partir de este momento se multiplican los estudios y las aproximaciones teóricas a dicho concepto, al mismo tiempo que su uso es cada vez más frecuente en los foros internacionales, como sucede en los casos de la celebración del cincuenta aniversario de la creación de la FAO (Declaración de Québec, 1995) y de la Declaración de Ministros de la OCDE en 1998. Incluso la UE asume enseguida el concepto de multifuncionalidad rural como bandera de su reforma de la Política Agrícola Común (PAC) en 1992, concepto que se consolida y difunde con la Declaración de Cork (1996) y con la denominada Agenda 2000 (1997), documento que establece las bases económico-financieras de la UE para el periodo 2000-2006 (Segrelles, 2007, p. 13).

A multifuncionalidade foi inserida no rol de políticas públicas como maneira de proporcionar o chamamento ideológico do desenvolvimento sustentável em espaços rurais por meio de estímulos financeiros para a população rural preservar os recursos

naturais de determinada área. Para Carneiro e Maluf (2005), esta abordagem da multifuncionalidade:

Valoriza as peculiaridades do agrícola e do rural e suas outras contribuições que não apenas a produção de bens privados, além dela repercutir as críticas às formas predominantes assumidas pela produção agrícola por sua insustentabilidade e pela qualidade duvidosa dos produtos que gera (Carneiro; Maluf, 2005, p.19).

Deste modo, o desafio da multifuncionalidade seria:

[...] unificar as diferentes demandas e preocupações em relação ao mundo rural e às unidades familiares que o compõem, numa espécie de nova síntese em substituição ao paradigma que esteve na base da “modernização da agricultura” (Carneiro; Maluf, 2005, p.20).

Porém não são esses os resultados obtidos, principalmente em relação ao Programa LEADER, como observamos e relataremos em seguida. Dando sequência, a UE aceita as recomendações da ONU no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável, objetivo explicitado no Tratado de Maastricht, de. Posteriormente, o Conselho Europeu de Luxemburgo⁷, reafirma o compromisso do setor agropecuário com o desenvolvimento sustentável e a multifuncionalidade.

O Conselho Europeu tomou nota do resultado dos trabalhos do Conselho "Agricultura". A União está animada da vontade de continuar a desenvolver o atual modelo de agricultura europeia existente, buscando ao mesmo tempo uma maior competitividade a nível interno e externo. A agricultura europeia deve, enquanto sector económico, ser multifuncional, sustentável, competitiva e repartida por todo o território europeu, incluindo as regiões afetadas por problemas específicos (PUBLICAÇÕES OFICIAIS DA UNIÃO EUROPEIA, 1997, p. 9).

Mas, foi notadamente em 1999, que o debate a respeito da multifuncionalidade em áreas rurais, ganha notoriedade nos quadros da ONU, especificamente, na OMC, como reflexo do embate entre países exportadores de *commodities*, que visavam à liberação do comércio agrícola por meio da remoção de barreiras comerciais, os países europeus fazem uso da multifuncionalidade criando argumentos para a manutenção dos subsídios, portanto, uma estratégia protecionista tendo em vistas a garantia dos subsídios agrícolas frente às demandas pelo livre comércio (Soares, 2002).

⁷ O Conselho da União Europeia partilha a função legislativa da União com o Parlamento Europeu. Na sua qualidade de colegislador, cabe ao Conselho adotar atos legislativos, que podem assumir a forma de regulamentos, diretivas, decisões, entre outras, bem como lhe cabe aprovar, com o Parlamento Europeu, o orçamento da União. Além disso, contribui para a coordenação das políticas dos Estados-Membros, designadamente, em matéria económica; celebra, em nome da União, acordos internacionais; aprova as decisões necessárias à execução da política externa e de segurança comum, com base em orientações gerais definidas pelo Conselho Europeu (PUBLICAÇÕES OFICIAIS DA UNIÃO EUROPEIA, 1997).

La noción de multifuncionalidad no es una invención comunitaria, y tiene ya un largo recorrido dentro del corpus jurídico internacional. En 1990 fue introducida en la llamada Agenda 21 –capítulo 14 de la UNCTAD (Conferencia de Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo), cuyo primer ámbito para la promoción de un desarrollo agrícola y rural sostenible recogía el “examen, planificación y programación integrada de las políticas agrícolas, teniendo en cuenta el carácter multifuncional de la agricultura y, en particular, su importancia para la seguridad alimentaria y un desarrollo sostenible”. Por otro lado, el concepto “múltiples e indispensables funciones de la agricultura” fue recogido en la Declaración de Quebec de 1995, elaborada en ocasión del cincuentenario de la FAO (Martí, 2008, p. 6).

Portanto, aos poucos, foram sendo estruturados os instrumentos que dariam uma nova feição as políticas públicas rurais na UE e a PAC passa por conseguintes reformas que foram efetuadas buscando adequar a nova situação europeia ao contexto mundial de exportação de produtos agroalimentares, este fato gerou distintas opiniões sobre os resultados da mesma e, frente a estas demandas e principalmente a partir da maior atenção a questão de preservação de recursos naturais, a PAC introduz o tema do desenvolvimento sustentável por meio da multifuncionalidade no espaço rural europeu, oficialmente, a partir da segunda reforma da PAC, em 1996, que expressa:

[...] o segundo pilar da PAC. A nova política de desenvolvimento rural pretende estabelecer um enquadramento coerente e sustentável para o desenvolvimento das zonas rurais da Europa, complementar às reformas introduzidas nos sectores de mercado, que promova um sector agrícola competitivo e multifuncional, no contexto de uma estratégia global e integrada de desenvolvimento rural (PARLAMENTO EUROPEU. COMISSÃO EUROPEIA. DIREÇÃO GERAL DA AGRICULTURA, p. 3, 1999. Grifos nossos).

Posição essa ratificada em 1999, quando em reunião do Conselho Europeu, em Berlim, com a promulgação do regulamento relativo ao desenvolvimento rural.

O Conselho Europeu congratula-se com o acordo a que chegou o Conselho “Agricultura” na seção de março sobre uma reforma equitativa e válida da Política Agrícola Comum. O conteúdo desta reforma assegurará que a agricultura seja multifuncional, sustentável, competitiva e repartida por toda Europa, inclusive nas regiões com problemas específicos, capaz de manter a paisagem rural, preservar a natureza e prestar um contributo decisivo para a vitalidade do mundo rural, respondendo as preocupações e à procura do consumidor no que diz respeito à qualidade e à segurança alimentares, à proteção do ambiente e ao bem estar dos animais (PARLAMENTO EUROPEU. CONSELHO EUROPEU DE BERLIM, 1999, p. 7)

Com base no segundo pilar da PAC⁸, foi estruturado o Programa LEADER que trouxe em seu bojo o tema do desenvolvimento sustentável por meio da proposta de

⁸ Junto con las medidas de mercado (primer pilar), la política de desarrollo rural (segundo pilar) se ha convertido en un componente fundamental de un modelo agrícola europeo basado en la multifuncionalidad de la actividad agrícola. Su principal objetivo es crear un marco coherente y sostenible

multifuncionalidade para o espaço rural. Buscando a situação de diversificação de atividades no espaço rural europeu, o programa LEADER, passou a ser considerado como inovador e os seus princípios, objetivos, estratégias e metodologias uma importante iniciativa na esfera de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, influenciando políticas públicas em outros países (Hespanhol, 2008).

El programa comunitario LEADER constituye el primer intento de poner en práctica el nuevo enfoque territorial, integrado y ascendente de desarrollo rural. Con base en la identificación de los problemas y las potencialidades de zonas rurales específicas, se formulan planes y promueven inversiones prioritarias (FAO, 2003, p.14)

O Programa LEADER é uma experiência de desenvolvimento rural local aprovada pela Comissão Europeia (CE) em 1991 e entrou em vigor a partir de 1994 buscando responder as exigências da ONU sobre a constatação de desafios para os espaços rurais. Deste modo, o programa adota o tema sugerido pela ONU (1988) de desenvolvimento sustentável e incorpora a noção de desenvolvimento rural a partir de uma perspectiva que considera o desenvolvimento local como garantia de superação de limites e estratégias de fortalecimento das práticas agrícolas e pecuárias.

[...] este concepto de sustentabilidad, y ésta mismo como objetivo, ha sido recogida y constituye un punto de referencia fundamental para una gran parte de políticas de desarrollo en áreas rurales. Esto ocurre especialmente en todas aquellas que contemplan estrategias basadas en el potencial endógeno de desarrollo. Como ocurre en la Unión Europea con la iniciativa LEADER (Paniagua, 2006, p.3).

O programa LEADER apresentou-se como um programa preocupado com a ação integrada para o desenvolvimento de áreas essencialmente rurais, onde aparecem como princípios e orientações gerais o seu perfil integrador de políticas, atores, ações e projetos locais. A fase LEADER I teve duração de 1991 a 1994 e, de acordo com Hespanhol (2008) teve reflexos positivos em alguns países da UE, como a França. Este fato estimulou o lançamento de uma nova etapa do programa, sua finalidade central foi buscar contribuir com o manutenção da população rural promovendo e apoiando alternativas inovadoras, sobre tudo em termos de aplicação técnica (equipamentos e insumos) para gerar rendas e ainda com um apelo a proteção de recursos naturais e, com enfoque local.

O LEADER II, implementado entre 1995 e 1999, contou com recursos da ordem de 1,755 bilhão de euros e foram aprovados e implementados mais de 1000 projetos na União Européia. Durante a segunda fase do programa as atividades continuaram sendo objetivadas em áreas com baixa produtividade agrícola e com baixa densidade demográfica tendo como objetivos:

que garantice el futuro de las zonas rurales, basado sobre todo en su capacidad para proporcionar un abanico de servicios públicos que van más allá de la mera producción de alimentos y en el potencial de las economías rurales para generar nuevas fuentes de ingresos y nuevos empleos, preservando al mismo tiempo la cultura, el medio ambiente y el patrimonio de las zonas rurales (PARLAMENTO EUROPEU, 2014).

[...] assegurar a continuidade do LEADER I no apoio às iniciativas locais de desenvolvimento local exemplares; apoiar operações inovadoras, demonstrativas e transferíveis revelando as novas vias que pode adotar o desenvolvimento rural; multiplicar intercâmbios de experiências e transferências de saber-fazer através de uma rede europeia de desenvolvimento rural; apoiar projetos de cooperação transnacional provenientes dos actores locais das zonas rurais, traduzindo a sua solidariedade (PARLAMENTO EUROPEU. COMISSÃO EUROPEIA DA AGRICULTURA, 1994).

A terceira edição do programa, o LEADER PLUS, se estendeu de 2000 a 2006 e contou com recursos da ordem de 2,02 bilhões de euros. Nesta edição, todos os territórios rurais da União Europeia foram elegíveis. Em relação à descentralização, a principal característica do Programa LEADER é sua natureza integradora e sua estrutura política ascendente (*bottom-up*). Essa iniciativa objetivava realizar experimentações em ações locais, de pequena escala, executadas por atores locais, usando o potencial endógeno de cada território. Caso resultassem bem sucedidas, estas iniciativas deveriam ser transferidas a outras áreas.

O programa surge como uma iniciativa comunitária, inovadora na sua perspectiva de atuação, sendo que há alguns aspectos principais que lhe estão associados: ser uma intervenção feita numa perspectiva *bottom-up*, instituindo o regime de parceria e definindo um conjunto de medidas elegíveis que privilegia as áreas mais débeis, reforçar o desenvolvimento sustentável em áreas rurais, valorizar economicamente os produtos agrícolas, acentuar a questão da qualidade e da especificidade locais e realçar a importância do funcionamento em rede e da utilização de novas tecnologias de informação.

As perspectivas para o desenvolvimento rural ganham perfil de políticas públicas para além do discurso quanto à sua importância e obtêm recursos financeiros para sua materialização na Europa condicionando, ao longo dos anos, as posições defendidas pela UE e respondendo, oficialmente, as demandas da OMC.

A política agrícola comum encontra-se hoje em dia enquadrada, a nível externo, pelas regras da Organização Mundial do Comércio e, mais concretamente, pelo seu Acordo sobre Agricultura, de 15 de abril de 1994. Desde 1995 que a política agrícola comum (PAC) no seu conjunto está sujeita às disciplinas da OMC. Foi criado um Órgão de Resolução de Litígios (ORL), com um procedimento vinculativo relativamente aos litígios, no sentido de zelar pelo respeito de novas regras multilaterais por parte dos Estados signatários. Além disso, a PAC está condicionada pelas concessões agrícolas reconhecidas a favor de um vasto leque de países no âmbito de diversos acordos multilaterais e bilaterais [com os países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), o Mercado Comum do Sul (Mercosul), o Espaço Euro-Mediterrânico, o México, o Chile, etc.], assim como por derrogações unilaterais concedidas no âmbito do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG). Estes acordos preferenciais devem também ser compatíveis com as regras da OMC e explicam o elevado nível de importações agrícolas da UE provenientes dos países em desenvolvimento (PARLAMENTO EUROPEU, 2014).

Neste sentido, o Programa LEADER representa um modelo neoliberal, ainda inacabado e não tão bem sucedido. Segundo Farrell e Thirion (2000), desde o programa LEADER I, quase todos os Grupos de Ação Local (GAL)⁹ LEADER se limitaram a um único instrumento financeiro: as subvenções. Nesse sentido, os desafios que se apresentam aos grupos LEADER dizem respeito ao papel destes grupos na animação, promoção e consolidação a nível local do financiamento ético e solidário. Ligar o financiamento à parceria é uma questão essencial, porque é a partir desta relação que se pode transformar o financiamento num verdadeiro instrumento de desenvolvimento além da perspectiva local. Nesta, o financiamento deixa de ser instrumento de gestão e se transforma numa alavanca de animação.

Apesar das orientações em termos de método de implementação e dos seus princípios gerais, o Programa LEADER foi implementado de acordo com as respectivas realidades locais em que os projetos se inserem, apresentando maior ou menor grau de integração com as diferentes esferas e escalas da administração pública e com maior ou menor participação dos atores locais. Em suma, de acordo com a FAO:

El LEADER cubre actualmente algomás de la mitad del espacio rural europeo. Sus resultados han sido exitosos, a pesar de que los recursos comunitarios asignados al programa son bastante limitados y de que los proyectos individuales son relativamente pequeños²¹. Su orientación hacia las innovaciones, la valorización de recursos locales desaprovechados en el pasado, las inversiones inmateriales (formación, partenariado local), y la flexibilidad y el amplio margen de maniobra de los GAL han abierto posibilidades de creación de capital social, realización de inversiones productivas y creación de empleo en zonas rurales atrasadas (FAO, 2003, p. 15).

Cabe a ressalva de que os financiamentos conseguidos por meio do Programa LEADER que conhecemos durante a realização do estágio priorizaram o financiamento de empreendimentos que valorizem o patrimônio e a cultura local. Neste sentido, os empreendimentos turísticos têm captado maior parte dos recursos (Atance, 2003). É bastante comum o LEADER financiar atividades dos municípios e associações, sejam elas materiais – como a construção de um parque de recreio para turistas – ou imateriais – como a organização de uma feira de produtos locais. Em suma, o que Programa LEADER planejou nestas três últimas etapas foi uma tentativa de inserir mercados locais no contexto de uma economia cada vez mais mundializada.

A globalização, como se vê, não significa de modo nenhum o desaparecimento do “local”. Pelo contrário, é com a globalização que o local, o “território”, aparece como um espaço vivo, um espaço de renovação, uma escala socioeconômica onde é possível a experimentação. A globalização

⁹ Os agentes sociais envolvidos no Programa LEADER, desde a primeira edição, são os Grupos de Ação Locais (GALs), os quais se encarregaram de elaborar os projetos e de executá-los com assessoria técnica paga com recursos previstos no próprio orçamento dos projetos propostos. De acordo com a Comissão de Agricultura da União Europeia (2000), os GALs devem ser uma expressão equilibrada e representativa dos parceiros dos diversos meios socioeconômicos do território. Para efeitos de decisão, as parcerias locais não devem ser estabelecidas com mais de 50% de representantes de órgãos governamentais, enquanto os parceiros econômicos e as associações devem representar pelo menos 50% da parceria local. (ATANCE, 2003).

coloca, no entanto, enormes desafios em termos de afirmação da competitividade territorial. Altera as formas tradicionais de transmissão do saber-fazer e de aquisição de conhecimentos e actua no sentido da criação de um modelo, de uma “cultura de múltiplas pertenças” (PARLAMENTO EUROPEU. COMISSÃO EUROPEIA. DIREÇÃO GERAL DA AGRICULTURA. OBSERVATÓRIO EUROPEU LEADER, 2001).

Todos esses aspectos relacionados à multifuncionalidade rural levaram Carneiro (2003) a escrever que as experiências na União Européia sobre a proposta de multifuncionalidade têm sido centradas na valorização econômica (qualidade dos produtos, diversificação das atividades nos estabelecimentos, criação de empregos), com medidas limitadas a nichos de mercados, reservados a produtores muito competitivos justificando “[...] a agricultura como um bem público, a dimensão multifuncional permanece atrelada, na maioria das vezes, ao processo de produção e ao seu retorno econômico” (Carneiro, 2003, p. 88). Portanto, apesar do discurso do desenvolvimento sustentável e relativa autonomia para o agricultor familiar, a efetivação da multifuncionalidade não foge dos objetivos de acumulação de capital, e vem favorecendo apenas alguns agricultores mais adaptados às exigências e normas dos mercados. Desta forma, permanecem mais dúvidas do que certezas em torno de quem ganha e quem perde com a aplicação da perspectiva da multifuncionalidade rural.

O PROGRAMA LEADER NA MONTAÑA DE ALICANTE

Para averiguarmos tal questão realizamos um estudo específico sobre o espaço rural na área denominada de Montaña de Alicante. Inicialmente, sobre a influência da ONU na UE e, especificamente na PAC, cabe destacar que:

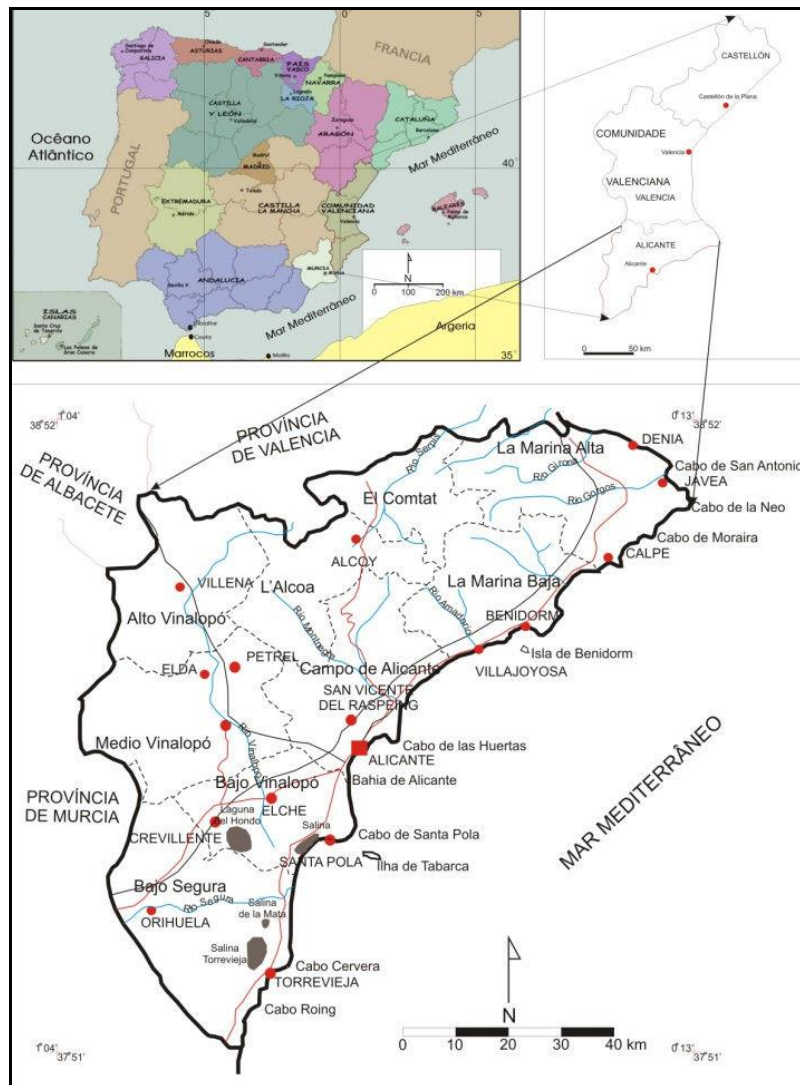
De manera más explícita, la Declaración de Roma y el Plan de Acción aprobados en la Cumbre Mundial de la Alimentación de 1996 resaltaron la necesidad de fomentar las "políticas y métodos participativos y sostenibles de desarrollo alimentario, agrícola, pesquero, forestal y rural (...) considerando el carácter multifuncional de la agricultura" (compromiso N° 3 de la Declaración y el Plan de Acción). A la postre, los trabajos de la FAO han desembocado recientemente en dos Conferencias sobre «el carácter multifuncional de la agricultura y el territorio», en Maastricht (12-17 de septiembre de 1999) y en Oporto (24-28 de julio del 2000). En este contexto, la Comisión introdujo la noción de multifuncionalidad en la reunión de la Comisión de Agricultura de la OCDE de marzo de 1998, es decir, el mismo mes en el que se presentaron las propuestas de la Agenda 2000, dedicada al «análisis del futuro de la agricultura en un mundo en mutación y a las políticas agrarias a aplicar». Y consiguió su objetivo: ninguna delegación al parecer entrevió el alcance de la propuesta comunitaria y el carácter multifuncional de la agricultura fue reconocido formalmente por los Ministros en el comunicado final (Martí, 2008, p.6).

A delimitação desta área de estudo considerou sua historicidade em relação à produção agrícola em contraste com a evolução de atividades vinculadas ao turismo rural que, de acordo com Cortés (2006) é impulsionada pela não capacidade de manutenção de jovens no campo, fato este que leva o CEDER a ampliar o desenvolvimento turístico em

detrimento da produção agrícola nesta região situada ao norte da Província de Alicante, na comunidade Valenciana, conforme o figura 1.

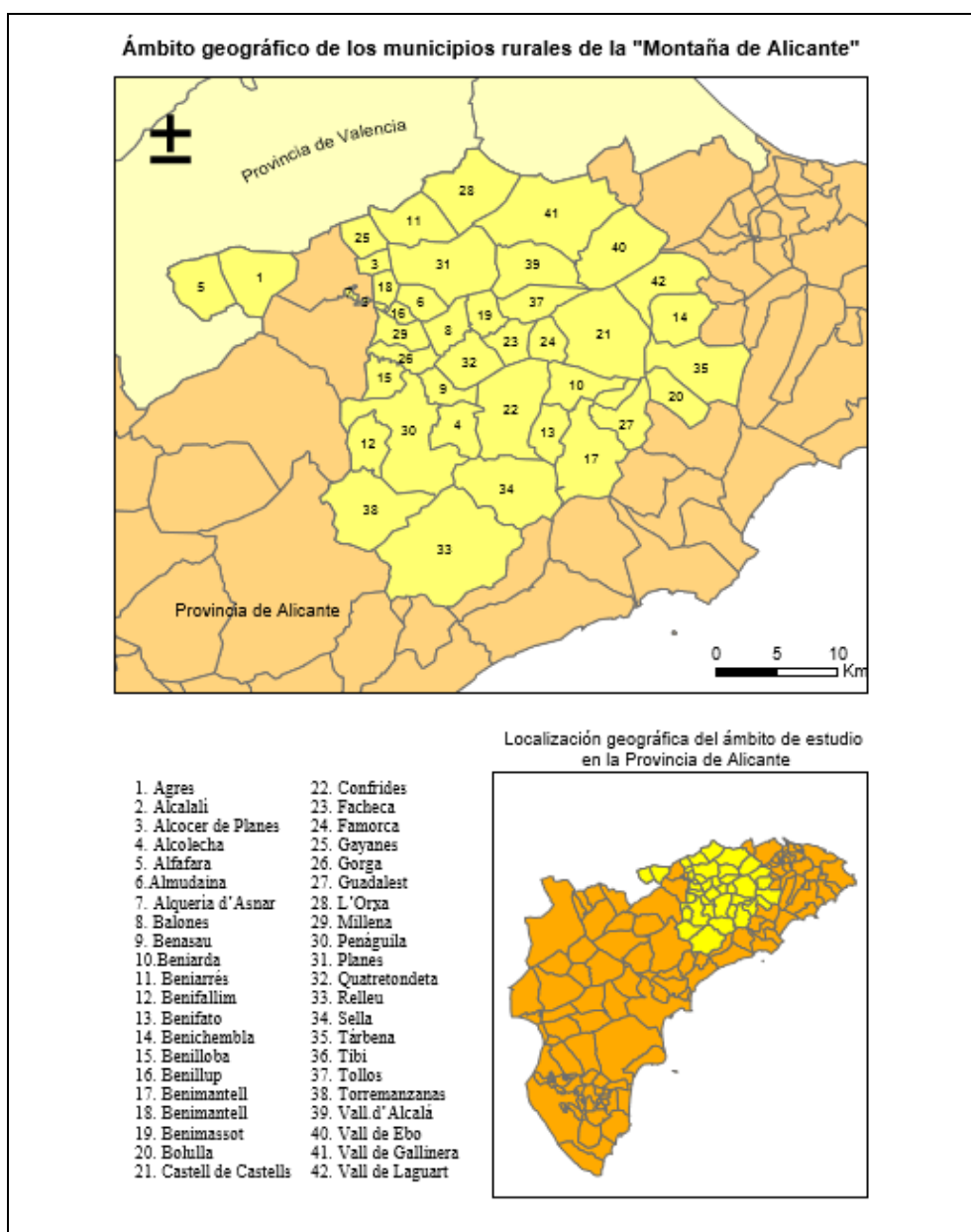
A área conhecida como Montaña de Alicante possui cerca de 953,9 Km² onde residem aproximadamente 20.000 habitantes divididos em 49 municípios com população inferior a 2.000 habitantes. Em seu conjunto, a Montaña de Alicante pertence à província de Alicante, a zona noroeste, formada por varias comarcas: Marina Baja, Marina Alta, Comtat, Alcoià e Alacantí, com total de 42 municípios. Fisicamente, predomina a sucessão de vales e montanhas com altitude máxima de 1.558 metros (Serra de Aitana); rede hidrográfica formada por pequenos riachos que formam seis bacias hidrográficas (Rio Serpis, Girona, Xaló, Algar, Guadalest, Amadorio e Montnegre); reservas denominadas de Lugares de Interesse Comunitário (LIC); micro reservas de flora e um parque natural (Serra de Mariola), protegidos por força de lei devido a sua importância paisagística, fauna, botânica e, principalmente, como atrativo turístico (Cortés, 2009). Estas características gerais representam a área de estudo apontada na figura 2 (Cortés, 2009).

Figura 1. Comunidade Valenciana, província de Alicante



Fonte: Nunes (2008)

Figura 2. Montaña de Alicante



Fonte: Cortés (2006).

Esta área possui características eminentemente rurais, formada por pequenas propriedades e população envelhecida que trabalham em seus campos na chamada agricultura a tempo parcial, com pequenas propriedades onde os cultivos mais comuns são cereja, olivas e níspero. O órgão responsável pela articulação e estruturação de políticas públicas nesta área é o CEDER Aitana.

[...] un grupo de acción local integrada por entidades públicas y privadas. Su función se basa en la distribución de toda la información relativa al campo del Desarrollo Local y Regional a los habitantes de la Montaña. Entre sus beneficiarios se encuentran explotaciones y familias agrícolas, y pequeñas empresas sobre todo dedicadas al turismo rural y a la explotación de recursos endógenos (Cortés, 2004, p. 6).

Este é principal órgão relacionado ao Programa LEADER, responsável pela articulação dos GALs e implementação das ações que estão, cada vez mais, destinadas ao incentivo do turismo rural. Cortés (2009) aponta que esse incentivo ao turismo rural é resultado do envelhecimento da população, porém, questionamos: se este é o problema, porque as políticas públicas, como o Programa LEADER, não fomentaram ações para incentivar a população jovem a permanecer no campo? A pessoa entrevistada, ex funcionária do CEDER, nos responde que não a interesse, pois esta é uma jogada política que visa favorecer a renda não dos municípios que eram eminentemente agrícolas, como os da montanha de Alicante, mas sim, aqueles que recém os turistas, que ficam localizados no litoral e articulam em seus pacotes turísticos visitas as áreas rurais (M.H.H., 2014). Deste modo, fica evidente que além de perderem sua capacidade produtiva, o ganho econômico fica, em sua maior parte, aos municípios litorâneos que recebem e hospedam os turistas.

En la Montaña de Alicante el CEDER Aitana ha contribuido de una forma muy significativa a crear una red de alojamientos rurales mediante el asesoramiento, y formación de los pequeños empresarios rurales, y también en la consolidación de proyectos de calidad respetuosos con el medio. Los establecimientos consolidados son en su mayoría casas rurales, destacando en número los municipios de Agres, Vall de Gallinera y Tárben. También han tenido un desarrollo destacado los hoteles rurales, de mayor capacidad de alojamiento, concentrados en su mayoría en la comarca del Comtat y en menor medida, en la Marina Baja (Cortés, 2004, p. 13).

Em relação aos objetivos propostos neste artigo, outro entrevistado, quando questionado sobre o poder de influência por parte de organizações como a FAO e a OMC, responde que, apesar de toda a importância que o Programa LEADER representa na atualidade, este deveria ser retirado da PAC, pois durante as reuniões ocorridas em Bruxelas, sempre estão presentes delegações de organizações externas que, por meio de lobby, acabam influenciando na tomada de decisões, principalmente em relação ao tipo de atividades econômicas que são praticadas (M. J., 2015). Devido ao envelhecimento da população e consequente perda de produtividade, somado aos atrativos turísticos do litoral Alicantino, formam-se redes que influenciam diretamente na dinâmica desta região, porém, devido aos atrativos litorâneos, as rendas alcançadas com turismo rural não são significativas e favorecem ao desaparecimento da agricultura (M. J., 2015).

Neste mesmo sentido, um representante sindical acrescenta que a Espanha, e, em específico o território Alicantino, sofre com tomadas de decisões que desestimulam a prática agrícola desta área, onde os incentivos ao turismo são mais fortes devido, entre outros motivos, a proximidade com o litoral e a possibilidade de atrativo para turistas estrangeiros, o que acaba fortalecendo a formação de redes turísticas entre proprietários de hotéis no litoral que combinam esforços para a realização de excursões para a zona da montanha (A.T., 2015), posição esta confirmada também por um ex funcionário do CEDER que fala sobre os investimentos relacionados ao setor agrícola na Montaña de Alicante, onde, apesar de incentivos para a formação de cooperativas e produção agroecológica, o turismo ainda é a parte que mais recebe subvenções (M. H., 2015).

Durante as entrevistas, foi possível verificar que tais atividades revelam que a PAC, “[...] no es una política comum [...]” (M. H., 2015) mas sim um instrumento político e econômico que visa agradar turistas europeus, sobre tudo ingleses, franceses e alemães que durante o verão visitam a região “[...] la actividad turística del litoral norte de la provincia de Alicante determina una clara influencia sobre los municipios” (Cortés, 2004, p. 5). Um exemplo disso foi a construção da represa de Guadalest que, quando de sua realização, possuía a função de abastecer os municípios da parte baixa da montanha (M.H., 2015), porém, com o desestímulo da produção agrícola, foi desviada e, atualmente, abastece o município de Benidorm, típico refúgio de turistas ingleses.

Para o representante da Associação dos *Jóvenes Agricultores de Alicante* (ASAJA) as ações realizadas pelo Programa LEADER contribuem para a valorização do patrimônio turístico, porém, quando questionado a respeito da perda financeira em relação ao potencial de produtividade agrícola, o mesmo afirma que: “[...] esto no es importante, tenemos otras regiones de Alicante que dan cuenta de satisfacer esta necesidad [...]” (J. M. C., 2015). Esta declaração representa parte dos conflitos políticos existentes tanto na comarca de Alicante quanto no todo da província Valenciana, onde posições de direita e esquerda não entram em consenso sobre o futuro da agricultura na Montaña de Alicante, o que, conseqüentemente, reflete sobre o futuro das pessoas que ali residem “[...]este interés por el turismo en la región está directamente relacionada con tema político. Donde hay más votos? En las montañas o en la costa?” (M. H., 2015) Questiona a entrevistada ex-funcionário do CEDER.

Em nossa leitura, fica clara a resposta. Os interesses dominantes, aproveitando-se do momento de fragilidade econômica em que se encontra a Espanha, definem as regras sobre quais são as regiões podem, e o que podem produzir. Deste modo, regiões que historicamente possuem aptidão agrícola que, mesmo com todas as dificuldades físicas presentes (relevo e escassez de água) conseguiram, durante anos, manter sua produtividade e, a partir da entrada do Programa LEADER, influenciado por decisões de grupos de pressão, se entregam as exigências externas a partir de determinações de grupos como a OMC e a FAO. Fato este que chama a atenção.

Outras formas de organização social também foram procuradas para entender os motivos e resultados do Programa LEADER na Montaña de Alicante, visando compreender a multifuncionalidade rural, influenciada por agências internacionais externas a UE. Na opinião de representantes de cooperativas de tendências diversas, esta conflitualidade fica mais evidente. Para o representante de uma cooperativa¹⁰ formada na área de estudo, que ajudou na articulação dos GALs na Montaña de Alicante:

[...] esta zona tenía todas las condiciones para mantener su tradición de la producción de productos típicos de la montaña, como las aceitunas y cerezas, pero con la influencia ejercida sobre los grupos que toman las decisiones, se decidió destinar esta área para la práctica del turismo [...] (M.H., 2014).

¹⁰ Cabe destacar que na Montaña de Alicante existem algumas cooperativas. Porém, representam pequena parte dos produtores, aqueles mais capitalizados que possuem condições para se adequarem as exigências do mercado internacional, visto que a produção ali realizada destina-se ao comércio internacional, de acordo com as informações obtidas durante o trabalho de campo.

Para o representante sindical a implementação do Programa LEADER e da proposta de multifuncionalidade, serviu para desvirtuar os agricultores, pois estes, diante do corpo técnico formado e treinado nos moldes da OMC:

[...] Representaban una influencia muy fuerte. Las promesas de financiamiento aparecieron, en un primer momento (LEADER I) como una alternativa, pero poco a poco, los productores estaban viendo estos fondos van a las cooperativas que tenían mayor poder del capital favoreciendo la formación de cárteles. Hoy en día, una de las mayores cooperativas de la cereza de montaña, tiene toda su producción destinada a la exportación. Quiero decir, incluso los residentes consumen este producto, es una producción que sólo los productores con mayor posibilidad de financiación puedan ser parte [...] (A.T. , 2015).

Posição esta também argumentada pelo representante de uma cooperativa que defende a produção e comércio local de alimentos:

[...] carecen de incentivos a la producción local de alimentos, lo que otras asociaciones y organismos que participan en el programa LEADER hizo fue fomentar la concentración de productores capitalizados se volvieron hacia el comercio exterior. La población allí antes tenía para abastecer sus mercados extranjeros, en la actualidad depende de redes, tales como Carrefour [...] (A. L., 2015).

Partindo das reflexões acima questionamos a influência de agências internacionais relacionadas à ONU, principalmente a FAO e a OMC, na introdução e execução do programa LEADER e a relação a atividades não propriamente voltadas a produção agrícola na Montaña de Alicante. Buscando essa interpretação, realizamos entrevistas junto a órgãos públicos relacionados à temática rural em Alicante e Cocentaina, além destes, buscamos informações em associações de produtores rurais e cooperativas e constatamos que para que a UE se firmasse na posição de ator global um longo processo se desenvolveu. Atualmente a UE mantém relações privilegiadas com outros países e regiões do mundo, bem como com organizações internacionais, com quem coopera na especialização de funções.

Indo ao encontro do pensamento de Segrelles (2007), concordamos que a multifuncionalidade foi forjada no bojo de políticas neoliberais com o propósito de expandir o poder do capital agroindustrial baixo a prática discursiva ideológica do desenvolvimento sustentável articulado por *Think Tanks*. Sua gênese está situada nos quadros da ONU extrapolando a dimensão dos limites e propostas durante a sua oficialização, sendo, a partir de então, utilizado por organismos internacionais, como a FAO e a OMC. Deste modo, passou ser fortemente estimulada a PAC por meio de seus programas, como o LEADER, que fez da multifuncionalidade uma dimensão necessária ao desenvolvimento da agricultura na União Européia.

Segrelles (2007) considera que a multifuncionalidade faz parte de uma ideologia difundida pela OMC. Ao contrário do discurso propagado, velado pela preocupação e defesa de uma agricultura sustentável para o desenvolvimento econômico e social, a PAC segue a mesma tendência ideológica ditada pela OMC, mantendo políticas

protecionistas que, dada a relação inerente do capitalismo contemporâneo, preocupa-se com a acumulação de capital e na legitimação dos interesses de organismos comerciais internacionais. Assim, a multifuncionalidade nasce ancorada sobre a égide do modo capitalista de produção, sustentado, sobretudo, pela falácia do discurso do desenvolvimento sustentável e do aproveitamento do potencial que o campo apresenta. Neste sentido, percebe-se que esta política selecionou e direcionou países a desempenhar papéis terciários, de modo que o turismo rural recebeu demasiada atenção, elegendo áreas especializadas para o desenvolvimento da atividade turística e para o cultivo da monocultura (Segrelles, 2007).

Sin embargo, esta deseable multifuncionalidad agrorural puede convertirse en un mito inalcanzable si no se solucionan antes los verdaderos problemas que obstaculizan el desarrollo positivo del campo latinoamericano: las estructuras agrarias tradicionales y los seculares desequilibrios, injusticias, desigualdad y pobreza que aún caracterizan a estos espacios no urbanos. Tampoco es una solución la imitación irreflexiva del modelo europeo que cristaliza en la reforma de la PAC y la Agenda 2000, ya que aparte de que estas políticas también son discriminatorias y crean exclusiones comunitarias e internacionales, los países latinoamericanos ofrecen una idiosincrasia particular y tienen sus propias condiciones y necesidades (Segrelles, 2007, p. 10).

Fica evidente o desprezo dos reais problemas que afligem o campo europeu, em uma perspectiva mais restrita, tratamos do caso espanhol e particularmente da Montaña de Alicante, uma vez que a manutenção do pequeno produtor rural, enquanto produtor, não faz parte do rol de preocupações que regem o atual modelo de produção e é condição estrutural e fundante para a transformação da estrutura fundiária, principal responsável pela pobreza (Segrelles, 2007). Deste modo, a verificação da influência de organizações externas a UE se materializa em ações que compõem a articulação global para, ideologicamente, expandir o capitalismo.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

Destes escritos, podemos considerar que multifuncionalidade na Montaña de Alicante tem prejudicado a produção agrícola de maneira geral, apesar de o discurso oficial vir em defesa dos agricultores e da proteção de recursos naturais, o que podemos constatar é que o esvaziamento populacional tem acentuado as dificuldades sociais em prol de áreas de reserva, o que contraria o próprio preceito da multifuncionalidade rural, onde produção e preservação coexistiriam. A reprodução e acumulação do modo de produção capitalista vêm sendo centralizada em poucas cooperativas voltadas ao comércio exterior e áreas antes destinadas a produção, o que poderia levar esta área a uma competitividade maior no mercado de produtos agroalimentares, está sendo reduzida a espaços de lazer para turistas.

Utilizando a categoria de análise geográfica de formação socioespacial, podemos verificar que a distribuição e localização dos fixos e fluxos produtivos mantêm os pequenos produtores fora do comércio, aumentando as desigualdades sociais e a fragmentação e seletividade espacial, sob o trunfo do discurso ideológico do desenvolvimento sustentável substanciado por meio da multifuncionalidade rural, o que

acarreta na incapacidade de pequenos produtores locais interferirem nas decisões internas a esta área por conta de influências externas, principalmente no momento de tomada de decisões, por órgão relacionados a ONU, sobretudo a FAO e a OMC, o que nos leva a considerar o discurso de desenvolvimento local promovido pelo Programa LEADER uma verdadeira falácia.

Se, o discurso oficial afirma que por meio de redes de articulação local se alcança um nível maior de desenvolvimento, tal fato não foi comprovado nesta área de pesquisa, o que constamos foram falhas, o que rompe o ideal de rede e aponta localismos incapazes de reverter a lógica expansionista do modo de produção de capitalista que acarreta, indubitavelmente, em danos sociais e naturais. Portanto, podemos considerar que quem perde com a proposta de multifuncionalidade, na áreas estudada, são os pequenos produtores, que acabam por destinar suas propriedades a atividades não agrícolas e, caso este fato se repita em outras áreas, a Espanha acaba perdendo seu potencial de competitividade agrícola e, conseqüentemente, quem ganha são países como França e Alemanha, por exemplo, que possuem maior poder de articulação, não somente no mercado europeu.

REFERÊNCIAS

ATANCE, Ignacio. Modelos de desarrollo local en la Unión Europea - el programa LEADER. 2003. Disponível em: www.fao.rcl.org/proyecto/fodepal/Sumpsi. Acesso em 23/12/2014.

BOURDIEU, Pierre. Contrafogos 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARNEIRO, Maria José. Introdução. In: MALUF, Renato Sérgio; CARNEIRO, Maria José (Org.). Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CARNEIRO, Maria José e MALUF, Renato Sérgio. Multifuncionalidade da agricultura familiar. In: BOTELHO FILHO, Flávio B. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: contribuições ao debate. Cadernos do CEAM (Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares/ Núcleo de Estudos Agrários). 5. nº 17. Brasília: UNB, 2005.

CAZELLA, Ademir Antonio; ROUX, Bernard. Agribusiness em questão: a emergência da agricultura multifuncional. Estudos Sociedade e Agricultura, nº 13. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DELGADO, Guilherme Costa. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965 – 2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FARRELL, Gilda; THIRION, Samuel. O Financiamento Local nos Territórios Rurais. In: Inovação em meio rural. Caderno nº 9. Observatório Europeu LEADER. 2000. Disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/fin/contents.htm>. Acesso em: 2/1/2015.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 10ª ed. São Paulo: Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2008

GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HAESBAERT, Rogério. Blocos internacionais de poder. São Paulo: Contexto, 1994.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. O novo imperialismo. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 2010.

HARVEY, David. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Manejo Sustentável de Recursos Naturais: o Programa de Microbacias Hidrográficas na Região de Presidente Prudente – São Paulo – Brasil. X Colóquio Internacional de Geocrítica . Diez años de câmbios em el mundo, em la geografía y em las ciencias sociales, 1999-2008. Universidad de Barcelona. 2008.

KUHN, Thomas Samuel. A estrutura das revoluções científicas. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LEFEBVRE, Henry. La producción del espacio. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LE PRESTE, Philippe. Ecopolítica internacional. São Paulo: Senac, 2002.

LENIN, Vladimir Ilitch. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Nova Cultural, 1985

LÖWY, Michael. Ideologias e ciências sociais. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1985.

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. Porto Alegre: L&PM, 1998.

MASSOT MARTÍ, Albert. La PAC, entre la Agenda 2000 y la Ronda del Milenio: ¿A la búsqueda de una política en defensa de la multifuncionalidad agraria? In: Estudios Agrosociales y Pesqueros, n.º 188, 2000.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do capital. Boitempo: São Paulo, 2013.

MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857 - 1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. 3ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Martin Claret, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. 1ª reimpr. São Paulo: Editora Martin Claret, 2008.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, NEAD, 2010.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues. Análise agrária da multifuncionalidade da terra na Província de Alicante – Espanha. Revista NERA Presidente Prudente Ano 12, nº. 14, p. 28-47 Jan.-jun./2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. (FAO). Universal Declaration on the Eradication of Hunger and Malnutrition. FAO. Roma. 1974. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/EradicationOfHungerAndMalnutrition.aspx>. Acesso em: 12/3/2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. (FAO). La nueva ruralidad en Europa y su interés para América latina. FAO. Unidad Regional de Desarrollo Agrícola y Rural Sostenible (LCSES) Banco Mundial. 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMAD). *Relatório Nosso Futuro Comum*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1988.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Report of the United Nations Conference on Environment and Development*. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-1annex1.htm>, acesso em 8/3/2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). Abrace o verde – Os setores privados pioneiros já participam de um futuro sustentável: A oportunidade da Rio + 20 para oferecer políticas de transformação que acelerem a sustentabilidade em todo o setor empresarial. 2011. Disponível em: http://www.unep.org/pdf/Business_Case-16June-NewsdeskDraft_PR_PT-BR.pdf, acesso em 24/08/2013.

PANIAGUA, Ángel. Políticas públicas, sustentabilidad y geografía rural: una agenda de estudio. Boletim de A.G.E. nº 41 / 2006. Disponível em: <http://www.boletinage.com/articulos/41/00-PRESENTACION.pdf>. Acesso em: 9/10/2014.

PARLAMENTO EUROPEU. COMISSÃO EUROPEIA. DIREÇÃO GERAL DA AGRICULTURA. LEADER II: Desenvolvimento das zonas rurais desfavorecidas da União Europeia. 1994. Disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/euro/p1-1.htm>. Acesso em: 3/2/2015.

PARLAMENTO EUROPEU. COMISSÃO EUROPEIA. DIREÇÃO GERAL DA AGRICULTURA. Reforma da PAC: uma política para o futuro. N° L 160 de 26.6.1999 / L 179 de 14.7.1999. Disponível em: http://ec.europa.eu/agriculture/publi/fact/policy/index_pt.htm. Acesso em 12/4/2015.

PARLAMENTO EUROPEU. CONSELHO EUROPEU DE BERLIM. Conclusões da Presidência. 1999. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/summits/ber1_pt.htm. Acesso em: 13/4/2015.

PARLAMENTO EUROPEU. Fichas técnicas sobre a União Europeia. A Política Agrícola Comum (PAC) E O Tratado de Roma. 1999. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_5.2.1.html. Acesso em: 8/3/2015.

PARLAMENTO EUROPEU. COMISSÃO EUROPEIA. DIREÇÃO GERAL DA AGRICULTURA. OBSERVATÓRIO EUROPEU LEADER. A competitividade dos territórios rurais à escala global: Conceber uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da experiência LEADER. 2001. Disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/local-global/comlocalglobal.pdf>. Acesso em: 10/12/2014.

PARLAMENTO EUROPEU. COMISSÃO EUROPEIA. Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Publicações oficiais da União Europeia. 2009. Disponível em: <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/Lisboa/tratados-TUE-TFUE-V-Lisboa.html>. Acesso em 12/3/2015.

PARLAMENTO EUROPEU. Fichas técnicas sobre a União Europeia. El segundo pilar de la PAC: la política de desarrollo rural. 2014. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/es/displayFtu.html?ftuId=FTU_5.2.6.html. Acesso em: 23/3/2015 .

PEET, Richard. Unholy Trinity: the IMF, World Bank and WTO. 2ª ed. London: Zed Books, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A natureza da globalização e globalização da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUAINI, Massimo. Marxismo e geografia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RAFESTTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RECLUS, Élisée. A natureza da geografia. In: ANDRADE, Manuel Correia de (org.). Élisée Reclus. Tradução Maria Cecília França e Januário Francisco Megale. São Paulo: Ática, 1985.

RIBEIRO, Wagner da Costa. A ordem ambiental internacional. São Paulo: Contexto, 2001.

SANCHÉZ, Joan-Eugeni. Espacio, economia y sociedad. Barcelona: Siglo XXI, 1991.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo: AGB – Seção Local de São Paulo; FFLCH-USP, 1977.

SANTOS, Milton. Espaço e método. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

SEGRELLES SERRANO, José Antonio. La multifuncionalidad rural: realidad conflictiva em la Unión Europea, mito em América Latina. *Ería*. Revista Cuatrimestral de Geografía, nº 72, 2007, pp. 89- 99; Departamento de Geografía, Universidad de Oviedo. Disponível em: <http://m.web.ua.es/es/giecryal/documentos/documentos839/docs/eria.pdf>. Acesso em: 7/9/2014.

SEGRELLES SERRANO, José Antonio. Agricultura, ambiente y desarrollo sostenible. In: *A vueltas com la agricultura: una actividad económica necesaria y marginada*. SERRANO, José Antonio Segrelles (Org.). Instituto Alicantino de Cultura “Juan Gil-Albert”. Colección Colectiva 7. 2010.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual. Natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, Adriano Campolina. A multifuncionalidade da agricultura familiar. In: *Revista Proposta*, nº 87, Dezembro/Fevereiro de 2001.

STONE, Diane. Think Tanks and Policy Advice in Countries in Transition. Asian Development Bank Institute Symposium. Hanói, Vietnã. 2005. Disponível em: <http://www.adb.org/sites/default/files/publication/156673/adbi-dp36.pdf>. Acesso em: 3/4/2015.

TEIXEIRA, Tatiana. Brazilian think tanks and their search for identity and recognition. Congress of the Latin American Studies Association. San Francisco, California. Disponível em: http://www.academia.edu/2567391/Brazilian_Think_Tanks_and_their_Search_for_Identity_and_Recognition_-_Paper. Acesso em: 12/5/2015.

TROTSKY, Leon. A revolução permanente. 2ª edição. São Paulo: Kairós, 1985.

VINHA, Valéria da. As empresas e o desenvolvimento sustentável: trajetória da construção de uma convenção. In: Peter May. (Org.). Economia do Meio Ambiente. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 181-204, 2010.

© Copyright Guilherme Magon Whitacker, 2016.

© Copyright *GeoGraphos*, 2016.



GIECRYAL
GRUPO INTERDISCIPLINARIO DE
ESTUDIOS CRÍTICOS Y DE AMÉRICA LATINA